

Ata Circunstanciada da 101ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 101ª
(CENTÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.**

INÍCIO ÀS 15H

TÉRMINO ÀS 17H53MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro aberta a sessão ordinária de terça-feira, 14 de novembro de 2023, às 15 horas.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o nobre deputado Pastor Daniel de Castro para secretariar os trabalhos da mesa.

Em meu nome e em nome de todos os deputados, dou boas-vindas aos futuros – se Deus quiser – servidores desta casa. Nós estamos tentando honrar o nosso compromisso. Nesta semana vamos convocar mais servidores. Temos o compromisso de convocar em dezembro, em janeiro. A questão do PAI, sobre a qual vocês têm me questionado, agora depende do Tribunal de Contas, mas eu tenho envidado todos os esforços para que esse processo saia de lá o mais rápido possível. Não tenham dúvida de que é um prazer para nós ter vocês nesta casa o mais rápido possível. Sejam muito bem-vindos. Obrigado. (Palmas.)

Aos auditores que estão na galeria requerendo a aprovação do Projeto de Lei nº 736, da carreira de auditores tributários, e que nos agradecem pela valorização, a vocês, amigos de muita luta e companheiros, agradeço pela presença. Vocês garantem o nosso equilíbrio fiscal e financeiro e são uma das mais importantes carreiras do Distrito Federal. Esta casa fará o possível para atendê-los, podem ter certeza absoluta disso. Eu sou testemunha do trabalho de vocês, conhecemo-nos há décadas – desde o meu primeiro mandato. Tive todo o apoio dessa carreira e pretendo retribuí-lo, até porque isso é uma questão de justiça e um cuidado com o povo de Brasília. Muito obrigado pela presença de vocês. (Palmas.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, deputado Wellington Luiz, nosso presidente, que brilhantemente tem nos conduzido e pautado matérias tão importantes para Brasília.

Quero cumprimentar o deputado Chico Vigilante, presidente da CPI – estamos chegando ao final, não é, deputado Chico Vigilante? Haverá só mais uma sessão, na quinta-feira que vem, e depois iremos para a produção do relatório. Brasília e o Brasil aguardam ansiosamente o trabalho brilhantemente desenvolvido por V.Exa. nesta casa.

Quero cumprimentar todos os que estão na galeria. Pessoal da carreira de auditoria tributária, estamos juntos. Desde o começo, quando comecei a atender o pessoal da carreira, eu tenho dito que estou alinhado com o nosso presidente, deputado Wellington Luiz, e que nesta casa não falta apoio a nenhuma carreira e aos concursados – principalmente aos desta casa. Nós aguardamos ansiosos pela entrada de vocês também. Sejam bem-vindos todos os que estão na galeria. Boa tarde. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Dá-se início aos
Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, a seguinte ata de sessão anterior:

– Ata Sucinta da 100ª Sessão Ordinária, realizada em 9 de novembro de 2023.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observações a ata mencionada.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Não há deputados suficientes ainda. Somos 5 deputados.

Em razão da falta de quórum, suspendo a sessão por 20 minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h13min, a sessão é reaberta às 15h34min.)

(Assume a presidência o deputado Pastor Daniel de Castro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Declaro reaberta a presente sessão.

Dando início aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (Bloco União Democrático. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, senhoras e senhores parlamentares. Boa tarde, servidores, colegas que estão assistindo a nós. Boa tarde, galeria, nossos servidores que estão presentes aqui. Sejam muito bem-vindos. (Palmas.) Vamos começar os trabalhos, pessoal.

Presidente, eu gostaria de iniciar minha fala...

Senhoras e senhores, eu gostaria da atenção de todos vocês para ouvir aqui um áudio que recebi de uma colega técnica em enfermagem que trabalha num hospital privado: "É muita humilhação, Jorge, o que a gente passa. Você que já foi da área de saúde, você sabe o que é isso. O que os empresários fazem com a gente é muita sacanagem. É muita sacanagem ficar esperando, esperando, esperando. Não sai nada. Faz a gente de bobo. Lá no meu trabalho eu vejo uma pessoa que comprou um carro, outro que paga um apartamento. É tanta humilhação. Isso iria mudar tanto a vida da gente. Tanto! Só quem está esperando sabe."

É por isso que eu venho aqui em todas as sessões falar sobre o piso da enfermagem. Não é possível que nós vamos continuar tendo esse salário miserável de R\$1.200,00 em nível nacional! Os empresários sabem que têm de pagar o piso do técnico de enfermagem de R\$3.325,00 e de R\$4.750,00 para o enfermeiro e estão enrolando.

Como se não bastasse essa enrolação, esse descumprimento da lei, os empresários ainda estão demitindo em massa, assediando moralmente os trabalhadores, estão mudando o regime de contratação, estão forçando os trabalhadores a ficarem com mais pacientes.

População do Distrito Federal, vocês não sabem os riscos que vocês estão correndo nos hospitais privados, porque os empresários estão demitindo os trabalhadores por retaliação ao piso da enfermagem. Se há alguma pessoa de sua família internada no hospital privado, saiba que lá haverá um técnico em enfermagem, um enfermeiro cansado, humilhado, mas tentando fazer de tudo para dar uma boa assistência. E os empresários não estão nem aí e ainda estão tentando de todo jeito, no TST, fazer uma divisão, um parcelamento. Isso é inconcebível!

O ministro do supremo já determinou o pagamento do piso. O que mais os empresários estão esperando? Uma pessoa como essa, uma mãe como essa cometer um suicídio pelo desespero? Ela fala que todo mundo consegue comprar uma casa, um apartamento, um carro, qualquer coisa que seja por meio de financiamento, mas eles, não. Vamos botar a mão na consciência. Os empresários têm que botar a mão na consciência! A população tem que ver quem são esses empresários que não querem pagar o piso. Pelo amor de Deus, gente!

É por isso que eu trouxe esse áudio e é por isso que eu defendo tanto essa categoria, porque eu vejo essa galeria aqui lotada sempre por servidores que, graças a Deus, por meritocracia, conseguem o seu salário e os seus reajustes. Graças a Deus que nós temos, aqui, sindicatos que lutam pelos seus trabalhadores da rede pública; mas, na rede privada, os colegas estão passando essas dificuldades. Ganham R\$1.200,00, senhoras e senhores auditores que estão aí. Como que uma mãe solo, com dois filhos, consegue levar seu filho, ao menos, a uma lanchonete para comer um hambúrguer? Não consegue fazer isso! E essa é a realidade da enfermagem brasileira, não é só no DF, não.

É indignação o que sinto aqui, porque os empresários estão de todo jeito tentando suspender esse piso, já decretado pelo ministro Barroso. Tem que se pagar o piso da enfermagem em nível nacional. É uma vergonha passarmos por isso!

Perdoem-me o desabafo aqui, mas farei quantas vezes for possível para mostrar a realidade nua e crua da enfermagem brasileira.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Parabéns, deputado Jorge Vianna. Não é desabafo, não; V.Exa. é representante da categoria e tem muita moral para fazer a defesa dela. Até tomei um susto quando li hoje sobre o ACS. A base de salário dele é R\$1.350,00, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – É uma vergonha. É uma vergonha.

Deputado Jorge Vianna, parabéns pela defesa.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco Parlamentar PSOL/PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente, pessoas presentes à galeria, deputados e deputadas, profissionais da imprensa e quem assiste a nós pela TV Câmara Distrital.

Eu queria fazer o relato de uma decisão judicial. Foi mandado um ofício à vara da infância e da juventude, pela deputada Erika Kokay, pedindo a suspensão da desocupação do Setor Noroeste. O juiz deliberou há pouco tempo. Eu, o deputado Gabriel Magno e o deputado Ricardo Vale temos participado dessa articulação. O juiz decretou a suspensão da desocupação.

Qual foi o argumento do juiz para suspender a desocupação? A situação das crianças e dos adolescentes. Foi a vara especializada que tomou a decisão. As condições daquelas pessoas que estão lá são subumanas, a dignidade daquelas pessoas não tem sido respeitada; e temos falado isto, sempre, para o Governo do Distrito Federal! Não há política de habitação! Não há assistência social presente como deveria haver. A situação do recolhimento de material reciclável na área central de Brasília é estrutural. O governo já sabe a dimensão do problema e o caminho para a solução, mas não o resolve.

Agora, o juiz da vara da infância e da juventude decretou a suspensão da desocupação, dizendo que o direito das crianças e dos adolescentes que estão matriculados na escola da Vila do RCG vai ser atacado, já no final do ano letivo. São crianças que estão indo para a escola todos os dias. O governador do Distrito Federal e o governo não olham para isso. Não adianta a Secretaria de Educação fazer transferência por ofício, que não seja concreta nem consistente, sem dialogar com cada uma das realidades, sem planejar.

Em defesa minha e na de parlamentares de diferentes partidos, temos tentado dizer isto, todos os dias, não só para o governador, mas para os secretários de Estado. Temos tentado dizer que não há solução fácil para uma ocupação de mais de 20 anos, como aquela que ocorre no Setor Noroeste. Respeitar a dignidade humana é proporcionar melhores condições para aquele povo que está sofrendo!

Presidente, eu tive oportunidade de ir lá e conhecer aquela situação inaceitável! É inaceitável a situação daquelas crianças e daqueles adolescentes.

Infelizmente, a perspectiva de retirada deles com tanta pressa, sem planejamento, moradia ou assistência social, é higienista. Há uma pressão dos moradores da região, de um sindicato, de construtoras, para que aquelas pessoas sejam retiradas de lá. Seres humanos não viram fumaça. É preciso cuidar da dignidade das pessoas. É preciso atender a demandas históricas, como as demandas daquela população em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social.

Estou aqui hoje para agradecer ao juiz da vara da infância e da juventude, pela sensibilidade e pela decisão acertada. É uma decisão que põe limite no erro, no equívoco da ação do Governo do Distrito Federal. Do meu ponto de vista, era uma ação brutal que atentava contra a dignidade das pessoas que ali estavam. Muitas delas ali estão há mais de 20 anos. Eu queria ressaltar a importância dessa decisão, dizendo que nós avisamos, que nós lutamos para que essa decisão acontecesse, para que o próprio governo tomasse atitude nesse sentido.

Primeiramente, presidente, eu queria fazer esse registro, dizendo que ele é muito importante. Esta é uma vitória também desta casa, porque esta casa tem apresentado ao Governo do Distrito Federal propostas objetivas para resolver o problema da população que está ali há muito tempo.

Por último, eu queria agradecer muito a iniciativa da deputada federal Erika Kokay, uma deputada de muitas lutas, uma deputada que se engaja em muitas pautas. Ela foi fundamental nessa ação para que, no dia de hoje, as derrubadas fossem interrompidas.

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, tinha que desligar o trator e não derrubar os mais pobres, porque para milionário e rico nós só votamos aqui isenção fiscal. Só isenção fiscal. Não votamos programa de moradia, não votamos melhoria na assistência social.

Governador, desligue o trator e faça política pública para quem mais precisa! (Palmas.)

Obrigado, presidente.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Assumo a presidência.

Agradeço ao deputado Fábio Félix, pelo pronunciamento.

O pessoal do SAE não está aí? Não! Obrigado.

Quero agradecer ao deputado João Cardoso. Em homenagem a V.Exa., assim me visto. Muito obrigado. É uma honra para mim. Eu sonhei muito, João, em poder vestir esta camisa. Isso dá quebra de decoro? Eu achei que daria uma moral.

Poxa, João, vou ter que tirar, porque o presidente da Comissão de Ética está dizendo que isso é quebra de decoro. E eu achando que eu estava vindo para cá com uma moral danada. Poxa, João, você me enganou, hein? Agora já foi. Palavra dada não se retira mais. Esta é a homenagem, um presente que eu recebi do meu amigo João Cardoso. É uma camisa. Presente eu uso imediatamente. Manifesto aqui a minha alegria, a minha felicidade. Obrigado.

Mais uma vez, boa tarde a todos e todas que aqui se encontram.

Concedo a palavra à nobre deputada Paula Belmonte. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

João, mande para mim, por favor, o cabide da nossa camisa, porque eu estou com um calor danado aqui e vou ter que tirá-la.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, quero saudar o pessoal da galeria e dizer que esta Câmara Legislativa sempre tem compromisso com os trabalhadores e com as trabalhadoras, especialmente agora sob a gestão de V.Exa.

Presidente, existem coisas muito complicadas acontecendo no Distrito Federal. Nós aprovamos aqui nesta casa, e foi sancionada pelo governador Ibaneis Rocha, uma lei que dava o direito de os ex-servidores da CEB passarem para o Inas. Nós tivemos uma audiência com a governadora em exercício, Celina Leão, quando o Ibaneis estava viajando. Na ocasião foi constituída uma comissão, um grupo de trabalho, um GT, para ver a aplicação da lei.

O Marcelinho, que trabalha aqui, assessorando a mesa, é uma pessoa interessada também nesse assunto.

Estava tudo andando, presidente, com a certeza de que a lei seria implementada. Para a nossa surpresa, sabe o que o Governo do Distrito Federal fez, presidente deputado Wellington Luiz? Entrou com uma Adin contra a lei. Quer dizer, o governador Ibaneis Rocha sanciona a lei, constitui um grupo de trabalho para a aplicação da lei e aí apresenta uma Adin.

Portanto, quero pedir a V.Exa. que veja com a Procuradoria da Câmara Legislativa para que possa fazer a sustentação dessa lei perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal. É uma vergonha uma lei, que é sancionada pelo governador, que vai beneficiar cerca de 3 mil ex-funcionários da CEB e familiares – inclusive, alguns são portadores de doenças crônicas, há pessoas fazendo tratamento de câncer –, ser questionada. O governo entrou na justiça questionando a constitucionalidade da lei.

O mais grave, presidente deputado Wellington Luiz, é que, quando a CEB foi privatizada, o governo tinha repassado 24 milhões, dizendo que era para ajudar no fundo de saúde da Faceb. Os 24 milhões foram corrigidos e, hoje, são 29 milhões. Ao invés de o Governo do Distrito Federal orientar a Faceb a passar esse recurso para o Inas e atender os servidores, sabe o que a Neoenergia está fazendo, presidente? Está indo à justiça para abocanhar os 29 milhões dos servidores da CEB. A

Neoenergia quer levar na mão grande 29 milhões, que é dinheiro dos ex-funcionários da CEB. Isso é uma vergonha! Isso é roubo! Isso é inaceitável! Nós não podemos, em nenhuma hipótese, aceitar que a Neoenergia leve esse dinheiro na mão grande porque ele não é da Neoenergia, ele é dos servidores. Em outras palavras, ele é dos contribuintes do Distrito Federal. Não podemos aceitar que a Neoenergia leve 29 milhões na mão grande. Isso é assalto. V.Exa., como policial, se visse um negócio desse, daria voz de prisão na hora em quem quisesse fazer isso.

Portanto, precisamos tomar providências para que os ex-servidores sejam atendidos e que esse dinheiro não seja carregado para a Neoenergia. Que ele vá para o Inas, que os servidores sejam atendidos e que o governo desista dessa maldita Adin, contra uma lei da minha autoria que ele próprio sancionou. Quer briga com esta casa? Quer guerra? Estamos prontos para declarar guerra.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante. Deputado Chico Vigilante, as minhas posições políticas e ideológicas eu não escondo, vocês sabem bem disso. Sou da base do governo – e tenho, inclusive, orgulho disso –, mas, com relação a essa matéria, eu já me manifestei. Eu acho que o que foi feito com aqueles servidores não é justo. E nós vamos trabalhar juntos, sim, para que sejam mantidos os efeitos da lei. Vou conversar com o nosso procurador, o delegado Valdinei, para que consigamos garantir os efeitos da lei judicialmente. E que esses servidores possam, sim, ter os seus direitos revistos.

Então, não tenha dúvida nenhuma de que eu também partilho do mesmo sentimento de V.Exa. São trabalhadores, pais de famílias, que, no momento em que mais precisam, acabam ainda tendo um problema dessa magnitude. Nós vamos discutir isso politicamente com o Governo do Distrito Federal e, juridicamente, com o Tribunal de Justiça, para que tenhamos a tranquilidade de garantir o que esta Câmara Legislativa fez, que foi reconhecer o direito desses trabalhadores.

Então, parabênzo V.Exa. pela manifestação e, mais uma vez, me coloco à disposição. Obrigado, deputado. (Palmas.)

Neste momento, concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu quero aqui cumprimentar todas as parlamentares, todos os parlamentares presentes, os servidores, a assessoria, o pessoal da imprensa, que sempre está cobrindo com a verdade aquilo que acontece nesta casa e transmitindo tudo o que acontece para a sociedade. Também cumprimento todos os que estão nas galerias, que estão visitando esta casa, que é de vocês, que é nossa, que é do povo. Sejam bem-vindos. (Palmas.)

Eu serei breve, senhor presidente, porque há uma situação que já está sendo prorrogada já faz muito tempo. Nós tivemos no Governo do Distrito Federal o reajuste dos cargos comissionados em 25%. Mas, em 2 segmentos, esses cargos não foram reajustados: o cargo dos diretores escolares, de todos os gestores das escolas públicas do Distrito Federal, assim como o chefe de secretaria, o supervisor e o coordenador. Esses profissionais não receberam o reajuste de 25%. Então, foi falado com o governo. O governo ficou de mandar esse projeto de lei para a Câmara Legislativa, mas até hoje esse projeto não chegou.

E um caso análogo a essa situação é o dos nossos nobres conselheiros tutelares, que também não receberam esse reajuste. E como eu costumo falar aqui: se há 2 profissões, 2 cargos muito penosos no Distrito Federal, pois são cargos de sacerdócio mesmo, são esses cargos de diretores escolares e de conselheiros tutelares.

O diretor escolar praticamente não tem ninguém para responder junto com ele. Ele responde por várias e várias centenas de alunos, por vários e vários professores, servidores da assistência à educação e servidores terceirizados; responde pelo patrimônio da escola e ainda têm de responder aos pais dos alunos e a toda sociedade.

Também há os conselheiros tutelares, que lidam com juízes, com promotores, com a vara da infância e da juventude como um todo, lidam com o CDCA e lidam com várias instituições em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Infelizmente eles estão sozinhos, não têm uma assessoria jurídica, muitas vezes, não têm sequer um veículo para se locomoverem, para fazerem incursões em vários lugares que não são seguros e ainda têm de lidar, muitas vezes, com os agressores, aqueles que estão fazendo mal às crianças e aos adolescentes e têm de lidar também com as crianças, os adolescentes e os familiares sem um serviço pedagógico, psicológico e jurídico.

Então, eu peço novamente ao Governo do Distrito Federal que nos encaminhe o projeto de lei para que esses cargos, pelo menos eles, sejam reajustados em 25%, assim como foram reajustados os de todos os servidores comissionados do Governo do Distrito Federal.

Senhor presidente, mais uma vez, reitero o pedido de nomeação dos aprovados nos concursos públicos do Distrito Federal. No meu gabinete, eu acompanho mais de 59 carreiras. Muitas delas são de concursados que aguardam sua convocação. Citarei alguns órgãos onde o quadro encontra-se deficitário: o Procon, o próprio BRB, os ACS, os Avas, a polícia penal, os professores, os auditores, o Detran, a Polícia Civil, entre outros. Eu espero que o GDF cumpra o objetivo principal do concurso público que foi realizado, que ele nomeie os aprovados aptos a assumirem o serviço público. Que o GDF não deixe a população à mercê de um serviço público aquém do que é necessário. Peço que todas essas nomeações sejam feitas o mais rápido possível.

Senhor presidente, por fim, eu gostaria de dizer que ficou acertado que o Governo do Distrito Federal encaminharia o projeto da GIC, da carreira PPGE, um projeto que se arrasta há 3 anos. Houve até uma manifestação deles, uma greve, mas tudo foi muito bem conversado entre o governo, o comando de greve e a comissão de assistência à educação. Ficou acertado que o Governo do Distrito Federal iria encaminhá-lo no dia 14, para que hoje pudéssemos votá-lo, mas chegou-me a notícia de que o projeto ainda não está aqui na Câmara Legislativa. Então, peço ao secretário Gustavo e ao secretário Ney que encaminhem esse projeto o mais rápido possível, embora os efeitos...

(Soa a campanha.)

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Desculpe-me, deputado. Pode continuar seu pronunciamento.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Como líder. Sem revisão do orador.) – – A GIC será a partir do ano que vem, mas, há anos, a categoria deseja essa valorização. Nós iniciamos esse processo junto com eles. Hoje eles são reconhecidos pelo excelente serviço que prestam à Secretaria de Educação. A Secretaria de Educação não funciona sem essa base da assistência à educação.

Então, peço que encaminhe esse projeto o mais rápido possível e que possamos aprová-lo, porque o dia era hoje. Foi isso que ficou combinado, foi isso que ficou acertado no comando de greve juntamente com o governo. Estamos aqui, todos os deputados, apoiando e aptos a aprovar esse projeto de lei logo que a mensagem chegar. Quem sabe ela chega ainda hoje?

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado João Cardoso.

Eu gostaria de cumprimentar os auditores da Receita do Distrito Federal e os aprovados da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Sejam bem-vindos! A casa é de vocês.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Boa tarde. Boa tarde a todos e a todas que nos acompanham. Cumprimento os servidores que ocupam essa galeria, os auditores da Receita, os servidores da educação e os aprovados no concurso da Câmara Legislativa. (Palmas.) São sempre muito bem-vindos. Cumprimento também os Avas e os ACS, que estão em greve.

Presidente, três assuntos me trazem a esta tribuna hoje. O primeiro – temos feito essa denúncia o tempo inteiro aqui – diz respeito ao desastre que é a condução na política de educação do Distrito Federal. Acho que essa é a pior gestão da Secretaria de Educação da história do Distrito Federal. É um caos, deputado Pastor Daniel de Castro! Nada funciona. Nem na palavra dá para confiar mais, porque o acordo que suspendeu a greve da carreira PPGE era de, no dia 14, o projeto de lei estar nesta casa. Cadê o projeto de lei? Não chegou. Não dão satisfação, brincam com as carreiras. O acordo que suspendeu a greve dos professores, cumpriu-se uma parte, e a outra, não. Cadê a nomeação e a convocação dos profissionais? É um absurdo!

Hoje houve mais uma denúncia sobre o descaso com a merenda escolar. Falta alimento, servem comida estragada para as crianças. Não há gente, não há equipe. Todo mundo sumiu, desapareceu! Na crise, ninguém bota a cara. Gostam de fazer propaganda de que estão construindo escola não sei onde, e ninguém vê escola sendo construída. A situação dos trabalhadores é precária. Vimos uma denúncia ontem de um professor que quebrou, infelizmente, o braço de um estudante com autismo. Isso é fruto desse descaso, porque não há profissional suficiente nas escolas. As salas estão

superlotadas. Aí um PM faz bico, porque precisa fazer um contrato temporário de professor para complementar a renda, porque o salário não dá conta.

Recebemos aqui o presidente do BRB nesta semana, que trouxe um número assustador: são mais de 11 mil servidores da educação superendividados. Estão superendividados porque os salários dos servidores da carreira da educação são os piores de nível superior no Distrito Federal. O deputado João Cardoso acabou de nos lembrar que o dia 12 foi o dia do diretor escolar, final de semana agora. Qual foi o presente do governo? A única categoria que não recebeu o reajuste de 25%. É um descaso. É a pior gestão da história da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Segundo, eu quero trazer o debate da ocupação do Noroeste. O deputado Fábio Félix apresentou essa importante vitória hoje, e nós estivemos lá. Eu quero fazer um desafio ao governador, porque ontem, deputado Joaquim Roriz Neto, o que vimos foram as crianças chorando com o trator derrubando as casas, barracos de madeira com lonas. A desumanidade deste governo nos causa indignação porque, na campanha eleitoral, vai todo mundo lá pedir voto. O governador vai lá pedir voto, abraçar, cumprimentar e prometer que não vai derrubar casa. Mas, na hora de fazer a operação para a derrubada de casas, ele não vai, ele não tem coragem de ir e enfrentar as famílias para as quais ele pediu voto e prometeu que não iria derrubar casas. Eu queria que ele fosse lá ver o sofrimento das famílias, deputado Pastor Daniel de Castro, e das crianças que vão ficar sem escola. A partir de hoje, a operação foi considerada ilegal, porque há uma decisão judicial para suspendê-la até o ano que vem para que as crianças tenham direito à educação.

Quero, em público, novamente, parabenizar o presidente desta casa, deputado Wellington Luiz, pelo esforço que fez para sensibilizar o governo, que fez uma operação desumana ontem. Eu desafio o governador a ir, na próxima derrubada de casas, enfrentar e encarar as famílias desesperadas e chorando, porque na campanha ele foi pedir voto. Tem que ter hombridade e coragem para ir também numa operação de derrubada.

Por fim, presidente, quero falar sobre a situação caótica da saúde. Eu já falei que os ACS e os Avas estão em greve, e os casos de dengue, chicungunha e zica estão aumentando. Nós, inclusive, propusemos ontem uma reunião e a adiamos por causa da agenda. Mas é preciso uma política séria com o servidor. Eu já vou concluir, presidente.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Com os servidores. Nomeação e reestruturação de carreira. E o caos é generalizado.

Quero tornar público um ofício que nós encaminhamos para a Secretaria de Saúde, para o Tribunal de Contas e para o Ministério Público. Mais uma vez, a Salutar, empresa que cuida da cozinha do Hospital de Base, não pagou os salários das meninas trabalhadoras da cozinha, que preparam a comida que é servida aos pacientes. Não pagou e, por isso, obviamente, diminuiu o número de funcionárias porque elas paralisaram as atividades. Qual foi a solução mágica e genial da Salutar? Acreditem: pagaram esta semana R\$150,00 para aquelas que foram trabalhar e cumprir o horário das que não foram. É uma completa inversão de valores que está acontecendo nesta cidade. Quero trazer a público mais essa denúncia.

É preciso tratar o serviço público com seriedade, é preciso tratar os trabalhadores e as trabalhadoras com dignidade. Nós estamos vendo toda semana essa galeria cheia de servidoras e servidores públicos, aqueles e aquelas que são responsáveis pela garantia dos direitos da população virem aqui pressionar o governo porque estão sendo frutos do descaso, da falta de diálogo e da falta de uma política de valorização.

Aqui eu me somo a mais uma categoria que está em greve – para encerrar – e me solidarizo com ela: os assistentes sociais, trabalhadores tão importantes para garantir o direito da população aos benefícios sociais, que estão no restaurante comunitário, que estão nos Cras, que estão nos Creas, mas que estão paralisados, porque falta diálogo e falta compromisso deste governo com a população e com a garantia dos direitos da população e dos servidores públicos do Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Sem partido. Como líder. Sem revisão do orador.) – Uma ótima tarde, presidente. Uma ótima tarde a todos os companheiros, companheiras, a todos da galeria; os concursados podem contar sempre com o meu apoio.

Quero, presidente, compartilhar com todos os companheiros aqui a alegria de toda a população de São Sebastião, de toda a população do Jardim Botânico e região, que está muito feliz hoje com a assinatura da ordem de serviço da construção da adutora que irá colocar água em todas essas comunidades carentes. Eu moro dentro do Morro da Cruz há mais de 15 anos, uma comunidade com mais de 30 mil moradores, na capital federal, onde não temos ainda água encanada. Essa luta é uma luta de todas as lideranças, de todos os moradores. Quero parabenizar a luta de cada um. Eu, que fiz parte, durante muito tempo, da associação dos moradores do Morro da Cruz, em São Sebastião, continuo morando naquela comunidade e acreditando, sim, que ela será desenvolvida a cada dia.

Já estamos recebendo a rede da Neoenergia Brasília. Em breve, também será recebida a iluminação – até porque destinei quase 6 milhões para iluminar toda São Sebastião e também o Jardim Botânico. Hoje, também, foi inaugurada a avenida que liga São Sebastião, da Vila do Boa, à Avenida do Sol, no Jardim Botânico.

É o desenvolvimento chegando a nossa região. É o que eu costumo sempre dizer: na cidade em que há um representante as coisas acontecem, porque nós somos eleitos para poder reivindicar. Lembrando que não é um favor, não é mais do que obrigação nomear os concursados, levar melhorias também para todas essas comunidades.

Presidente, para finalizar, eu quero fazer uso da palavra sobre o que tem acontecido com essas casas de passagem de São Sebastião. Venho a esta tribuna, mais uma vez, abordar a questão que envolve os cidadãos em situação de rua do Distrito Federal, questão esta que tem causado apreensão em toda a nossa sociedade e que exige a implementação de políticas públicas eficientes no tocante ao seu amparo e proteção, mas, também, a adoção de ações firmes no combate aos crimes cometidos por aqueles que se travestem de pessoas em situação de rua para praticar barbaridades contra a população.

Cito, por exemplo, o fato lamentável ocorrido ontem em São Sebastião, quando, numa briga entre 2 pessoas em situação de rua, uma atirou um tijolo na outra no interior de um supermercado. Além de atingir o alvo desejado, pedaço do objeto atingiu, também, uma criança de 8 meses que estava no colo da mãe, a qual sofreu vários ferimentos, o que causou comoção em todas as pessoas que presenciaram a cena.

Recentemente, ao julgar a ADPF 976, o STF determinou que os estados, o Distrito Federal e os municípios adotem com urgência as diretrizes da política nacional para a população em situação de rua previstas no Decreto Federal nº 7.053/2009. A referida corte judicial estabeleceu, na época, o prazo de 120 dias para que o governo federal elaborasse um plano de ação e monitoramento visando à implementação da referida política nacional, devendo, para tanto, respeitar a especificidade dos grupos familiares de forma a evitar a sua separação. A decisão proíbe o recolhimento forçado de bens e pertences, a remoção e o transporte compulsório de pessoas e o emprego de arquitetura hostil. De lá para cá, apenas 5 estados e municípios acolheram a norma.

Entendo que não podemos tratar as pessoas em situação de rua na base do porrete. Elas devem ser acolhidas e tratadas de maneira que lhes seja assegurada a reinserção social com emprego, renda, educação, segurança, saúde e capacidade de manutenção econômica pessoal e familiar.

Por outro lado, não podemos admitir que essas mesmas pessoas produzam risco à segurança pública, tal qual acontece em São Sebastião e em todo o Distrito Federal. Foi essa a situação que aconteceu ontem em São Sebastião.

Quero dizer, presidente, que estamos aqui para representar a sociedade brasileira. É para isso que nós fomos eleitos. Quero pedir o apoio de toda esta casa para que possamos, de fato, nos juntar e ver essa situação que São Sebastião tem passado. São pessoas que precisam, sim, da atenção do Estado, precisam, sim, da atenção da sociedade civil, presidente. Mas São Sebastião tem vivido momentos muito difíceis com essas pessoas assaltando os cidadãos e também urinando nos portões. Então, algo precisa ser feito. Eu peço ajuda tanto do parlamento quanto do Governo Do Distrito Federal.

Muito obrigado pela oportunidade.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Rogério Morro da Cruz.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Como líder. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde.

Que Deus nos abençoe e abençoe mais uma sessão legislativa desta casa, que é do povo.

Quero agradecer a presença de todos os auditores, de todas as pessoas que estudaram e foram aprovadas. (Palmas.) Que possamos, cada vez mais, valorizar o servidor público. O serviço público é um serviço missionário. Que possamos sempre ter o apoio da Câmara Legislativa e também dos senhores para que possamos servir à população da melhor forma possível. Sintam-se em casa na nossa casa e sejam muito bem-vindos. Contem conosco para representá-los também.

Quero parabenizar os servidores da Polícia Civil que estão sendo nomeados. Para nós é uma alegria. A segurança pública do Distrito Federal é uma referência no Brasil, e a Polícia Civil faz um grande trabalho para que sejamos essa referência. Que possamos nomear esses policiais.

Presidente, eu tenho alguns temas importantes para trazer a esta tribuna. O primeiro deles é dar uma satisfação a toda a população de Brasília, pois eu fiz uma viagem, semana passada, para representar esta casa legislativa em um encontro a respeito do futuro da tributação.

Nós brasileiros não aguentamos mais pagar um tributo tão caro e não ver exatamente para onde esse dinheiro vai e como é aplicado.

Nós estivemos – esta representação – junto com ministros do STF, com pessoas da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, com professores da academia para estudarmos uma forma de trazer uma tributação mais simplificada. Foi aprovada a reforma tributária, semana passada, no Senado Federal, mas precisamos, principalmente, de uma tributação mais justa para as pessoas.

Foi um encontro muito produtivo, onde estiveram presentes vários professores e estudiosos do mundo inteiro para trazer exemplos de como os países em desenvolvimento e desenvolvidos do mundo estão trabalhando com essa nova tributação.

Eu quero fazer este registro e dar satisfação a esta casa, a qual eu fui representar. Eu me senti muito honrada de poder participar do encontro. Isso é decorrente de um processo que houve na Câmara dos Deputados, quando eu era deputada federal, a respeito de uma tributação mais justa, mais aceita. Que ela possa, realmente, atender aos anseios da população.

É importante dizer que o Estado não é gerador de riqueza. Quem gera riqueza somos todos nós trabalhadores, que colocamos o dinheiro na economia. Nós que pagamos os impostos, e é muito importante que essa tributação seja simplificada e transparente para que as pessoas possam, realmente, ver onde está sendo colocado o dinheiro.

Presidente, eu também quero falar a respeito do trabalho da Comissão de Fiscalização e Transparência. Eu sou presidente da Comissão de Fiscalização e Transparência. Estou vendo aqui vários servidores públicos e quero dar uma satisfação a todos os senhores sobre 2 frentes em que estamos atuando muito fortemente.

A primeira é a questão dos endividados do BRB. Hoje há um grupo de trabalho para tratar disso. Há um grande número de servidores públicos endividados. Nós entendemos que a educação financeira é importantíssima, mas nós também entendemos que o crédito tem que ser concedido pelo banco com muito mais responsabilidade.

Hoje há mais de 30 mil servidores endividados, e muitos deles recebem o contracheque zerado. Há 11 mil servidores que são professores ligados à Secretaria de Educação; 7 mil servidores ligados à Secretaria de Saúde; mais de 4 mil servidores da Secretaria de Segurança Pública; e há, ainda, aposentados e outros servidores. É muita gente em situação de vulnerabilidade.

Nós fizemos um grupo de trabalho com o qual o presidente do BRB, Paulo Henrique, se comprometeu a dar, sim, aplicabilidade à lei aprovada pela Câmara Legislativa, a qual não permite descontar acima de 40% do salário das pessoas.

É importante dizer que o cidadão que pega empréstimo tem a sua responsabilidade, mas ele tem a sua liberdade. O que hoje está acontecendo é que, pela forma como o banco age, ele faz com que o salário já seja – vamos dizer assim – capturado da conta salário.

(Soa a campanha.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Como líder. Sem revisão da oradora.) – Isso tem causado suicídios e uma situação de estresse emocional no cidadão. Eu sou uma grande defensora da propriedade privada, e não existe nada mais privado do que nós e o suor do nosso trabalho. O que está acontecendo, muitas vezes, é o banco abocanhando isso.

Nós precisamos ter educação financeira, mas nós precisamos ter um olhar muito atento a esses

servidores públicos que estão devendo ao Banco de Brasília. Nós não podemos admitir esse confisco do salário sem responsabilidade. Na hora de oferecer o crédito, é muito fácil, é só apertar um clique. É um clique, oferecem o crédito, a pessoa vai entrando naquela situação e, quando vê, está superendividada.

Então, nós precisamos ter responsabilidade na apresentação do crédito às pessoas. Que o salário seja o bem garantia, mas o bem garantia sem as contribuições, para que essas pessoas não entrem no estado de vulnerabilidade em que estamos encontrando vários servidores.

Esse é um trabalho da comissão que está sendo muito exitoso. Acho importante registrar os membros da comissão: deputada Dayse Amarílio, que é uma deputada da saúde, deputado Max Maciel, deputado Gabriel Magno e deputado Ricardo Vale. Eles estão trabalhando junto conosco para que possamos dar uma solução adequada para os servidores que querem tomar empréstimo, para que tomem empréstimo com responsabilidade, e para que os que já pegaram esse empréstimo tenham no mínimo a dignidade de pagar seus salários.

Uma outra questão que quero trazer aqui, senhor presidente, que é um trabalho efetivo da comissão, é a questão do Iprev. Todos os servidores públicos pagam o Iprev. Nós estamos acompanhando, já estivemos 2 vezes com a presidência do Iprev aqui, porque o Iprev, nos 2 últimos anos – 2021 e 2022 –, deu um prejuízo de quase 600 milhões de reais. É muito sério o que está acontecendo. Muitos dos senhores que contribuem para o Iprev não terão a aposentadoria garantida daqui a alguns anos se nós não tivermos um cuidado com essa aposentadoria dos servidores. Então, é algo que pedimos que os servidores acompanhem. Que estejamos juntos para garantir a aposentadoria de todos os servidores do Distrito Federal!

Senhor presidente, quero fazer uma menção aos estudantes que estão aqui. Eu não sei qual escola estão representando, mas sejam muito bem-vindos a esta casa, que é de vocês. Eu sou a deputada Paula Belmonte, sou mãe de 6 filhos e entrei na política para fazer a defesa das nossas crianças. Que vocês realmente sejam o futuro do nosso país, que possam se sentir muito bem e que entendam o que é a política! Tudo na vida precisa da política. E, aqui, podemos entender que o cidadão, quando acompanha, quando fiscaliza e quando observa cada um dos parlamentares, promove o aprimoramento da nossa democracia, da nossa política, e faz com que o pagamento dos nossos tributos valha a pena, porque as coisas acontecem.

Senhor presidente, quero trazer só mais um assunto, que foi falado pelo deputado Rogério Morro da Cruz. Nós falamos disso também na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle. É a respeito da Secretaria de Assistência Social: nós temos hoje, deputado – e eu sei que V.Exa. é um grande defensor das pessoas carentes –, 177 famílias na extrema pobreza. No Distrito Federal nós temos a maior renda *per capita* do Brasil, mas também temos o maior número de moradores de rua por habitante. Estamos falando de 177 famílias – isso é um dado oficial, sabemos que o extraoficial é muito maior – que estão em extrema vulnerabilidade. O que é isso? Extrema pobreza. Falta de alimentação. A política habitacional é fundamental. Por isso, temos que defender a política social e a política de habitação para a nossa sociedade.

Senhor presidente, eu faço um pedido para V.Exa. para que possamos ver a situação do pessoal de Arniqueira. Estamos no terceiro edital, e há muitas pessoas ali em estado de vulnerabilidade, que não têm condições de pagar esse edital, como eu já havia conversado com o senhor.

Muito grata.

Que Deus nos abençoe!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Paula Belmonte. Parabéns pelo encaminhamento. Essa pauta é extremamente importante.

Deixem-me registrar e agradecer a presença dos estudantes e professores do Centro de Ensino Fundamental Jataí, que participam do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Sejam muito bem-vindos. (Palmas.)

Obrigado.

Com relação ao SAE, há pouco, eu conversei com a secretária Ledamar, e ela me disse que o que é necessário – vocês já tinham me trazido uma preocupação, que é a tramitação técnica – é apenas um ajuste orçamentário. Ela disse que concluirão isso até o final desta semana e, no início da semana que vem, encaminharão para a Casa Civil. A expectativa é que, de fato, recebamos isso na outra semana para que esta casa possa se manifestar sobre o projeto. A expectativa é dentro daquilo que a Ledamar já tinha dito para os representantes da categoria, ou seja, entregar o projeto na

próxima segunda-feira. Está bem?

Esse foi o encaminhamento feito pela Secretaria de Planejamento, lembrando que esta casa participou dessa negociação e que esse é um acordo que nós temos. Temos certeza de que esse acordo será honrado. Podem ter a certeza absoluta disso. Muito obrigado. (Palmas.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu estou com V.Exa. nessa tarefa da questão dos auxiliares da administração escolar. Fomos nós que estivemos lá conversando com o secretário Ney e com o secretário Gustavo, juntamente com o pessoal do sindicato.

Tendo em vista que havia o compromisso de o projeto chegar hoje e ele não chegou, liguei para o secretário Gustavo – V.Exa. sabe que ele está de atestado médico –, e ele me assegurou que, mesmo de casa, está trabalhando com relação ao projeto. Deste plenário, eu liguei também para o secretário Ney, que está lá no Ministério da Fazenda, e ele me assegurou a mesma coisa que foi dita a V.Exa.: que até a sexta-feira o projeto estará pronto e que, na segunda-feira, o projeto estará aqui. Se o projeto chegar na segunda-feira, nós o votaremos na terça-feira.

Portanto, irão cumprir esse compromisso que eles assumiram comigo e com V.Exa. Ninguém assumiu compromisso comigo porque eu sou um bom cobrador. Eles assumiram esse compromisso comigo e com V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É verdade.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Portanto, eles me asseguraram que eu poderia anunciar, de público, que esse compromisso está mantido e que, até segunda-feira, o projeto estará aqui. Se o projeto chegar na segunda-feira, nós o votaremos na terça-feira, porque se trata de uma matéria em que não há muito o que se discutir.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabéns, deputado Chico Vigilante. Somos, de fato, avalistas desse acordo e cobraremos para que ele seja honrado.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, estamos nessa luta.

Eu queria pedir a V.Exa. – estava prevista a chegada desse projeto hoje, mas ele não chegou, e há essa previsão – que eles passassem essa informação quando a data não for cumprida. Eu tentei fazer contato com o secretário e não consegui. Que eles passassem para a categoria e para nós – inclusive, estamos nessa luta, dando a nossa palavra nesses acordos – alguma informação, algum posicionamento, porque o acordo não foi cumprido.

Espero que essa nova data seja cumprida e que a comunicação seja fluida não só com os parlamentares, mas também com os representantes da categoria, no caso, o sindicato. Como a data não foi cumprida – e espero que seja –, nós estamos aqui dando a nossa palavra de que o projeto vai chegar na próxima semana. Se ele não chegar, o que acho que não deve acontecer, porque seria muito ruim essa situação não só para eles, mas também para esta casa e para o Distrito Federal, que eles nos comuniquem.

Também, em uma mesa de negociação, foi falado que seria enviada uma proposta do pessoal do Sindsasc – e ela não foi enviada.

Acho que acordo é acordo. Precisamos respeitar esta casa e os parlamentares. Respeitar os trabalhadores é respeitar também a população do Distrito Federal.

Infelizmente, os acordos não...

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Pessoal, a deputada está falando a favor da categoria, e vocês estão atrapalhando. Esperem a deputada terminar de falar, pelo amor de Deus.

Continue, deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu estou falando

também da situação do pessoal do Sindsasc, porque a mesa de negociação aconteceu. Naquele momento, havia sido sinalizado que seria encaminhado um projeto sem impacto orçamentário, e nem a comunicação do porquê de o projeto não ter sido encaminhado foi feita. Isso é muito ruim, presidente. É ruim para esta casa, é ruim para o governo, é ruim para os trabalhadores e é ruim para a população. Os trabalhadores têm direito de fazer greve, sim, o governo tem direito de judicializar, mas quem perde é o Distrito Federal. Isso é muito ruim.

Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Agora podem tocar a musiquinha que vocês estavam cantando.

O deputado João Cardoso já falou. O deputado Thiago Manzoni abriu mão do pronunciamento. O deputado Iolando não se encontra. O deputado Jorge Vianna já falou.

Estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Pergunto aos deputados se, em vez de passarmos para os Comunicados de Parlamentares, podemos entrar na Ordem do Dia. Todos concordam? (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, temos acordo de passar para a votação, mas eu gostaria, se formos votar projeto de parlamentar, de votar projetos de parlamentares que estão presentes em plenário, por favor, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Excelente. Acato a solicitação do deputado Max Maciel. Votaremos projetos de parlamentares que estão em plenário.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, sobre a questão de segurança pública, eu gostaria aqui de esclarecer o meu total apoio. A questão de segurança pública está entre as principais reivindicações da população. Existem declarados 679 cargos vagos, ou seja, 68,2%, para escrivão de polícia do Distrito Federal e existem 3.515 cargos vagos, ou seja, 62,35%, para agente de Polícia Civil do Distrito Federal. O concurso para ambos os cargos já está homologado. Todos os aprovados, listados nos editais de 2019 e de 2020, já realizaram o curso de formação. A Lei Orçamentária Anual de 2023, em seu anexo V, contemplou a autorização para o provimento de 900 cargos das carreiras policiais.

Muito obrigado, presidente.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, eu queria fazer uma comunicação rápida. Nós temos hoje outro problema estartado aqui no Distrito Federal, que é a greve dos agentes comunitários de saúde. Outra greve que não precisava ter acontecido, mas, infelizmente, por conta de falta de diálogo, acontece, com consultas sendo remarçadas, problemas nas salas de vacina, problemas no Bolsa Família, problemas, inclusive para que consigamos fazer algumas atuações que, com isso, tenham repasse.

Peço, por gentileza, que o governo nos receba. Temos já um impacto disso. Há uma fonte que vem do governo federal, e eu não consigo entender por que não avançamos em mais uma pauta, em mais um problema do Distrito Federal.

Para terminar, já que temos essa pactuação de votar, estou aqui com o pessoal da Polícia Civil. (Palmas.) É muito sério! Eu estou chocada, porque há cargos vagos para quase 70% do efetivo, e temos um concurso vencendo. Isso é uma questão de saúde e de segurança pública. Eu peço a esta casa sensibilidade, principalmente a todos os parlamentares que falam que segurança é importante.

Quero falar aqui, senhor presidente, que precisamos pactuar, no Colégio de Líderes... Inclusive, convido-os para o Colégio de Líderes, porque precisamos derrubar alguns vetos do Anexo IV. Sem a derrubada de vetos do Anexo IV relativo ao orçamento, não vamos conseguir nomear e não vamos conseguir colocar esse pessoal nas ruas, cuidando da segurança do Distrito Federal.

Nós precisamos fazer isso, deputada Paula Belmonte. É urgente! O ano vai acabar, e nós não conversamos sobre a derrubada do veto em relação às nomeações. Precisamos de nomeações; o

déficit é gigantesco em algumas pastas. Tivemos profissionais de saúde também agredidos, e uma colega morreu de tanto fazer TPD, por estresse. Teve um infarto de tanto tomar energético. Não nos adianta liberar TPD. Precisamos nomear os concursados. Precisamos de nomeação já! (Palmas.)

DEPUTADO HERMETO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, V.Exa. vai começar a votar os projetos dos deputados. Se, porventura, V.Exa. puder colocar na Ordem do Dia o projeto referente ao nome da Feira do Núcleo Bandeirante, que vamos reinaugurar logo, logo... Há um acordo com os colegas para votarmos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Da minha parte, ok. Acredito que não há manifestação em contrário. (Pausa.)

Não há manifestação em contrário. Portanto, solicito a inclusão do referido projeto como primeiro item de pauta, conforme requerido pelo deputado Hermeto.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, nesta semana, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou a criação da subcomissão que trata de concurso público. Naturalmente, graças a Deus, temos 2 grandes deputados nesta comissão, o deputado João Cardoso e a deputada Dayse Amarilio. Eu também fui convidado para fazer parte dela.

Todo mundo aqui conhece a minha história: o sonho do concurso público, exaurido ao longo dos anos. Sou do concurso de 1990, da academia de 2002. Foi V.Exa., que é da carreira, que trabalhou para que saísse a academia. Pelo destino e pela injustiça que hoje está perpetrada em várias carreiras do Distrito Federal, eu acabei não entrando na Polícia Civil, mas Deus me deu a graça de estar aqui, e eu me somarei a todos aqueles que fazem concurso público.

Então, estou com a deputada Dayse Amarilio, estou com o deputado João Cardoso, estou com os policiais civis. Brasília precisa de vocês, porque a insegurança tem tomado conta não só de Brasília, mas do Brasil.

Peço ao governador Ibaneis – sou base aliada, seu líder nesta Casa – que sejam nomeados, urgentemente, os aprovados para a Polícia Civil do Distrito Federal. É uma questão urgente, de necessidade. A polícia está envelhecendo. V.Exa. é da polícia e sabe disso. Precisamos demais desses concursados.

Deputada Dayse Amarilio e deputado João Cardoso, fica aqui meu apoio não só aos policiais civis, mas a todos aqueles que estão esperando ser nomeados para se tornarem servidores públicos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Não havendo mais nenhuma manifestação dos parlamentares, vamos ao primeiro item da pauta, que foi requerido pelo deputado Hermeto.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

Item nº 299:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 594/2023, de autoria do Deputado Hermeto, que “Dá o nome à Feira Permanente do Núcleo Bandeirante de Ibaneis Rocha Barros”.

A proposição não recebeu o parecer das comissões. A Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, deputado Daniel Donizet, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

Foi apresentada 1 emenda substitutiva.

O deputado Daniel Donizet não se encontra em plenário.

A presidência designa o deputado Joaquim Roriz Neto para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao relator, deputado Joaquim Roriz Neto, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 594/2023, de autoria do Deputado Hermeto, que “Dá o nome à Feira Permanente do Núcleo Bandeirante de Ibaneis Rocha Barros.”

Em respeito a esse ordenamento, considero que, de acordo com o exposto na justificção do projeto, levando em consideração os critérios sobre a relevância da iniciativa, a proposição em análise cumpre os requisitos de oportunidade e conveniência para a prática de boa produção legislativa.

Pelo exposto, quanto ao mérito, afeto às atribuições desta CDESCTMAT, manifesto-me de forma favorável ao Projeto de Lei nº 594/2023, na forma do substitutivo.

É o parecer, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, acho importante que seja lido o substitutivo, para que todos nós possamos tomar conhecimento dele.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acolho a solicitação de V.Exa. e solicito ao relator que proceda à leitura do substitutivo.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Senhor presidente, o substitutivo somente acrescenta a palavra “pai” ao nome da feira.

A ementa inicial era: “Dá o nome à Feira Permanente do Núcleo Bandeirante de Ibaneis Rocha Barros”. Ela foi substituída para: “Dá o nome à Feira Permanente do Núcleo Bandeirante de Ibaneis Rocha Barros Pai”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados. Houve 4 abstenções: deputado Fábio Félix, deputado Max Maciel, deputada Dayse Amarilio e deputada Paula Belmonte.

Pergunto aos líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento decorrente dos vetos, itens nº 1 a nº 241, e apreciarmos as demais matérias constantes na Ordem do Dia da sessão ordinária e da sessão extraordinária. (Pausa.)

Não há manifestação em contrário.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Presidente, peço permissão para ir à parte finalíssima do voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Permissão concedida.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor

presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 594/2023, de autoria do deputado Hermeto, que "Dá o nome à Feira Permanente do Núcleo Bandeirante de Ibaneis Rocha Barros".

O parecer é pela admissibilidade da proposição nos termos do substitutivo apresentado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados. Houve 4 abstenções: deputado Fábio Félix, deputado Max Maciel, deputada Dayse Amarilio e deputada Paula Belmonte.

Em discussão, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, quero apenas fazer a discussão sobre esse tema.

O deputado Hermeto apresenta uma proposição para colocar o nome na Feira Permanente do Núcleo Bandeirante. Presidente, quero dizer que nós fazemos política não de forma pessoal. Isso não é para entender a história e a trajetória pessoal de ninguém. Pelo contrário, defendemos aqueles que são os princípios da Constituição federal de 1988. Um dos principais é o princípio da impessoalidade na Administração Pública.

Do meu ponto de vista e do da minha escola política, parece-me um equívoco desta casa usar, em qualquer que seja dos logradouros públicos desta cidade, um nome de um parente de primeiro grau do governador do Distrito Federal. Parece-me um equívoco e o nosso bloco orienta nesse sentido. Do nosso ponto de vista, isso gera um certo constrangimento, porque achamos que é ruim que haja esse tipo de prática. Não me parece que, do ponto de vista da impessoalidade, este seja o nosso papel. Não conheço a trajetória do pai do governador, mas eu acho que não é correto que sigamos essa trajetória. O ideal é que nós homenageemos as pessoas em outros contextos. Esse é o ponto de vista do nosso bloco.

Nós vamos orientar o voto "abstenção" em primeiro turno, mas fazendo esse registro, porque eu acho que é importante, até para que nós possamos tomar consciência em outros contextos onde formos tomar esse tipo de deliberação. Fica o registro do nosso bloco.

A nossa vontade era votar contra o projeto, presidente. Nós não vamos votar contra ele, porque nós não conhecemos a trajetória desse senhor e nós não queremos dizer que somos contra a trajetória de uma pessoa que sequer nós conhecemos, mas nós vamos nos abster para cumprir o princípio constitucional da impessoalidade e para não orientar ou naturalizar nesta casa esse tipo de prática.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Continua em discussão.

Falarão, para discutir, o deputado Hermeto e, depois, o deputado Pastor Daniel de Castro. Está invertida a ordem. Deputado Pastor Daniel de Castro, V.Exa. solicitou a palavra primeiro, mas o deputado Hermeto é o autor do projeto.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, com todo o respeito ao deputado Fábio Félix, eu não estou fazendo média com ninguém nem a impessoalidade está sendo ferida. O pai do governador Ibaneis, que tem o mesmo nome dele, tem uma história e uma trajetória no Núcleo Bandeirante. O governador foi batizado na igreja Dom Bosco do Núcleo Bandeirante, com o padre Roque, e foi um grande incentivador, fomentador daquela feira.

A feira hoje passa por uma transformação muito grande. Ela não tem um nome próprio. Ela se

chama Feira do Núcleo Bandeirante, assim como se diz “Feira de Ceilândia”, entre outras feiras. Esta é uma homenagem ao pai do governador, que tem uma história na nossa cidade-mãe, que é o Núcleo Bandeirante. Poucos sabem, mas o governador foi batizado no Núcleo Bandeirante pelo pai dele, que tem o mesmo nome.

Então, não estou fazendo média, nem nada disso. O que acontece é que eu não vou questionar se se pode colocar nome de ponte, como o deputado Ricardo Vale colocou, de Honestino. Pode-se colocar o nome de Praça Marielle. Eu não sou contra nada. Nós estamos homenageando uma pessoa que tem história, só que ele é o pai do governador. Eu acho isto: falo isso aqui na frente, porque ele tem uma história com o Núcleo Bandeirante, com a feira. Ele fomentou a feira.

Se cada um for à Feira do Núcleo Bandeirante hoje, vai ver a transformação por que ela passou. E essa homenagem não partiu do governador. O governador jamais me pediu isso. Ele nunca me pediu isso. Ao contrário, no início, quando eu sugeri a ele isso, ele foi contra e ficou até falando contra.

Resumindo, nós podemos colocar nome – de Marielle, de Honestino – em tudo aqui. Por que não podemos homenagear um pioneiro que tem uma história com o Núcleo Bandeirante?

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Hermeto.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu acho que essa discussão transcende este momento – se se trata de Ibaneis, de Marielle, de Honestino. Quando houve a inauguração do túnel em Taguatinga, muitas pessoas... Eu sou de Taguatinga, meu escritório fica em Taguatinga, minha igreja, da qual eu sou vice-presidente – meu presidente é o pastor Gilson –, é o maior campo da Assembleia de Deus em Taguatinga. Taguatinga clamava para o túnel ser chamado Túnel Doutor Benedito Augusto Domingos, pela história, pela política.

O que aconteceu? Homenagem não pode acontecer em vida. Nós não podemos homenagear as pessoas em vida, temos que homenagear em morte. Porém, quando se está morto, nem se sabe se há um viaduto Joaquim Domingos Roriz homenageando a pessoa. A alegria é para a família. Eu acho que esta casa tem que ser mais forte nessas homenagens. Nós precisamos homenagear as pessoas em vida, não em morte! Em morte, fica para a memória.

Eu acho que as pessoas merecem, sim, ser homenageadas. Há tantas pessoas que contribuíram com esta cidade, com a construção desta cidade, com o desenvolvimento de Brasília. São pessoas que estão no anonimato. Por isso, eu sou extremamente favorável não só à homenagem do deputado Hermeto, como a de tantos outros. Que pena que tenhamos que homenagear morto, poderíamos homenagear vivos.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 deputados. Houve 4 abstenções: deputado Fábio Félix, deputada Paula Belmonte, deputado Max Maciel e deputada Dayse Amarílio.

A matéria segue a tramitação regimental.

Antes de continuar as votações, eu queria, mais uma vez, agradecer a presença dos nossos auditores da Fazenda, que vieram acompanhar a apreciação do Projeto de Lei nº 736.

Estamos tentando tabular, a CCJ ainda não se manifestou. É claro, poderíamos fazer essa manifestação em plenário. Estamos discutindo se colocamos esse projeto em votação, se isso é possível, atendendo ao pedido desses auditores.

O referido projeto de lei chegou a esta casa numa outra semana, na terça-feira ou quarta-feira, não me recordo, mas logo depois houve o feriado. Por isso acabou não tramitando nas comissões da forma como nós gostaríamos e não foi discutido no Colégio de Líderes. Por isso, eu não posso colocá-lo em votação sem que V.Exas. autorizem.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, esse projeto está corrigindo os salários dos auditores. Eu não vou discutir, presidente, deputado Wellington Luiz, se auditor ganha muito ou pouco. Eu só tenho uma posição. De tudo que for aumento de servidor, eu voto a favor.

Portanto, peço a V.Exa. que coloque o projeto em pauta para que possamos votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu sou favorável. Toda carreira precisa ganhar bem. Se puder ganhar bem, que ganhe bem. Então, peço a V. Exa. que coloque em votação, sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu tinha até falado sobre 2 projetos que eu gostaria que entrassem na pauta, mas sobre esse é importante dizer que, por uma boa arrecadação desta cidade, precisamos de fiscais comprometidos e valorizados. Então, para nós, se entrar na pauta, não há problema, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Max.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu pensei que V.Exa. estava fazendo consulta aos líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Se estivesse, deputado, V.Exa. seria o primeiro a ser convidado a falar, porque eu não perderia a oportunidade de ouvi-lo.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Presidente, ainda agora eu falei um pouco sobre a meritocracia, que é a palavra mais adequada para o servidor público.

O problema é que o Estado oferece o cargo, oferece o salário, as pessoas abdicam, muitas vezes, de sua vida pessoal e familiar, para poder fazer um concurso. Depois que faz o concurso e começa a ter um salário decente, começa a ser discriminado e, inclusive, rejeitado por muitos outros servidores por ganhar melhor.

Quem fez o concurso para auditor sabe pelo que passou para chegar a essa carreira. Só eles sabem a dificuldade que foi. Então, de fato, nós temos que apoiar aqui as carreiras que passarem por aqui, porque, para chegar a esse projeto que está sendo votado hoje, com certeza foram várias lutas sindicais, de associações ou qualquer outra que seja. Então, se chegou até nós, com certeza, nós temos que votar a favor dos trabalhadores. (Palmas.)

Parabenizo-os por terem sido aprovados em concurso público. Se não fossem os nossos servidores, como seria o Estado? (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Jorge Vianna.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Presidente, sou servidora pública há 23 anos. Consegui mudar a minha vida por meio de muito sacrifício e estudo. Como o

deputado Chico Vigilante falou, não há como ser diferente.

Um dos maiores problemas do Distrito Federal é a arrecadação, as isenções e a execução orçamentária. Acho que eles podem nos ajudar muito. Sou a favor dessa votação, com certeza. É um concurso muito difícil, e realmente precisamos de pessoas comprometidas.

Presidente, só deixo um registro: que o governo tenha sensibilidade de olhar as carreiras que estão paralisando e mande para esta casa projetos sobre elas. São projetos que já foram tratados e para os quais já foi dada a palavra. Acho que isso é dar tratamento isonômico a todas as categorias. Todos merecem isso.

Fico feliz por votar esse projeto e entristecida por outros projetos não terem vindo para esta casa. Fico muito feliz de votar esse projeto que é uma questão de justiça à categoria. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADO PEPA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PEPA (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, como servidor público que sou, acho que a todo aumento para servidor se faz jus. Sou a favor. Vamos votá-lo! Vamos votá-lo! Sou auditor! Estamos aqui. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pepa.

Não há parlamentar contrário à votação do Projeto de Lei nº 736/2023. Há necessidade de algum deputado pedir sua inclusão na pauta.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, sem dúvida nenhuma, apoio totalmente a votação do projeto de lei. A pessoa que estudou e se preparou tem que ter a atenção do Estado. Então, deixo todo o meu apoio à categoria. (Palmas.)

Presidente, para concluir, eu não poderia deixar de pedir ao governador Ibaneis Rocha a nomeação dos 300 aprovados para o cargo de escrivão e dos 600 aprovados para o cargo de agente da Polícia Civil. Que o governador possa nomeá-los já!

Muito obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado. Faço das suas as minhas palavras. Hoje, estivemos com o secretário de segurança e com o diretor da Polícia Civil. É claro que a nossa ideia e o meu compromisso com os colegas é tentar aumentar o número de nomeados ainda neste ano e no início do ano que vem. Essa é a nossa expectativa. Já conversei com o secretário Ney, e ele ficou de responder a esta casa se manteremos o número que já foi previsto ou se conseguiremos aumentá-lo. A polícia precisa imediatamente da nomeação desses colegas. Isso é para o bem da sociedade.

Hoje foi lançado um programa de segurança no âmbito da Secretaria de Segurança Pública. Portanto, é importante que haja mão de obra. A nomeação desses policiais, agentes e escrivães, faz-se extremamente necessária.

Muito obrigado. (Palmas.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu peço a V.Exa. a inclusão na pauta do projeto dos auditores, para que se vote agora, imediatamente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Acato a solicitação de V.Exa. e incluo extrapauta o Projeto de Lei nº 736.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, eu ia fazer outro pronunciamento, mas eu penso que essa solicitação do deputado Chico Vigilante é

importantíssima para que possamos votar o projeto dos auditores.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada.

DEPUTADA DOUTORA JANE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra à deputada Doutora Jane.

Na sequência, falará o deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, presidente.

Sem querer ser redundante, mas eu acho que neste momento é importante a nossa manifestação, uma vez que eu sou servidora pública. Sem querer copiar, deputado Chico Vigilante, quando V.Exa. diz que quando se trata de aumento de servidor V.Exa. sempre vota favoravelmente, eu também sou dessa opinião. A valorização das carreiras é muito importante.

Pedi a palavra apenas para dizer que apoio a proposta. O governador deve, sim, consagrar esse aumento para a carreira de auditores. Aos meus futuros colegas policiais civis que estão aqui no plenário quero reiterar o meu apoio, o meu compromisso com a nomeação de vocês. (Palmas.)

O ideal, tanto para os policiais quanto para a nossa Polícia Civil, seria a nomeação dos 900: 600 agentes de polícia e 300 escrivães. Nós vamos continuar brigando por esse número ideal que vai efetivamente contemplar as necessidades da Polícia Civil, para que ela se fortaleça cada vez mais e consiga contribuir como a nossa sociedade merece. Desde 1993, nosso quadro vem sendo defasado e, cada vez que há um concurso, os que entram não conseguem sequer suprir a falta daqueles que saíram para outras carreiras.

Somos a favor, sim. Estamos lutando pela nomeação dos 600 agentes e dos 300 escrivães.

Obrigada, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada.

Deputado Ricardo Vale, só um segundo. Já faz algum tempo que o deputado Pastor Daniel de Castro está aguardando. Depois eu concedo a palavra a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) –Presidente, nessa mesma linha, esta é uma casa que tem vários deputados que defendem categorias e as defendem de uma forma extraordinária, com força, com dignidade. O que é falado aqui nesta casa reverbera e, naturalmente, se espalha pelo Distrito Federal, alcançando lugares como o Palácio do Buriti, por meio do governador e de seu secretariado. Um deles está aqui, o doutor Maurício.

Portanto, eu quero dizer que eu fiz uma indicação também, presidente, sugerindo ao governador, nesse campo de nomeação, que adote providências para nomear os odontólogos, aprovados em concurso público.

Presidente, eu tenho andado pelas cidades em que temos uma ascendência maior. Lá existem as UBS e nelas faltam odontólogos, faltam técnicos de saúde bucal.

Por mais que tenhamos aqui o deputado Jorge Vianna e a deputada Dayse Amarilio, que militam na área da saúde e pelos quais temos uma admiração extraordinária, eu peço, presidente, que faça chegar ao governador a necessidade de nomeação de odontólogos, de técnicos de saúde bucal também, além, naturalmente – como já me posicionei –, de servidores da Polícia Civil que tanto necessita deles e é bem representada por V. Exa. e pela deputada Doutora Jane.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiro quero dizer que a decisão deste Plenário de votar este projeto hoje foi acertada. Isso não é só porque os auditores estão aqui, mas é porque temos ciência da importância dessa carreira. Perdemos mais ou menos 50 auditores, os salários estavam muito defasados. Portanto, precisamos fazer essa correção para que o Distrito Federal não perca mais auditores para outros estados.

É por isso que temos de fazer esta votação hoje, mas devemos lembrar também que existem outras carreiras importantes. Existe um PL sendo construído com o GDF. O SindFaz tem conversado com o governo sobre a carreira de gestão fazendária e é superimportante fazer uma correção no salário desses trabalhadores, porque eles também são muito importantes para essa carreira.

Então, eu quero fazer um apelo ao Governo do Distrito Federal para que mande logo também o projeto de lei da carreira gestão fazendária. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Agradeço ao deputado Ricardo Vale.

A medida é extremamente justa em atender as demais carreiras. Também estamos discutindo tanto a carreira do controle interno quanto a carreira fazendária, que já veio até nós. Como manifestou o deputado Ricardo Vale, já que o Projeto de Lei nº 736 diz respeito aos servidores que estão aqui, não há por que não votá-lo.

Concedo a palavra ao Deputado Iolando.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero reforçar a fala do deputado Ricardo Vale e de outros deputados sobre o Projeto de Lei nº 736.

Trata-se do projeto dos auditores fiscais, da importância deles para a gestão do nosso Distrito Federal. Quero reconhecer a importância deles e dizer que tenho o privilégio de ter, em meu gabinete, o Adriano, que é um competente auditor, que representa os auditores do Distrito Federal no nosso gabinete. Para nós, isso é uma honra muito grande.

Estou de acordo em votar o mais rápido possível esse projeto.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Outro projeto de lei que estamos discutindo é o da reestruturação.

Indago se os deputados concordam com essa votação.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Por mim, pode votar, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, esse é um projeto, do meu ponto de vista, que precisa do consenso dos líderes. Não dá para votar por maioria.

Portanto, tendo em vista que o presidente da CCJ ainda está em dúvida, ele me disse que vai apresentar 2 emendas, e que o deputado Fábio Félix também está com dúvidas, peço a V.Exa. que deixemos esse projeto, fechamos tudo no Colégio de Líderes na segunda-feira e votamos na terça-feira de forma improrrogável.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Presidente, essa questão da reestruturação é importante. Tenho algumas críticas, mas também tenho um elogio a fazer.

Fizemos 2 pedidos de emenda cujas proposições foram acatadas. Ontem tivemos uma reunião em que acordamos que isso ficaria para a semana que vem até para que pudéssemos fazer todas as contribuições. É importante que esta casa esteja com os 24 parlamentares unidos em prol dessa reestruturação. Eu tenho sentido um desconforto com relação a isso. Isso não é só da minha parte, mas por parte de outros parlamentares.

Acho que nós podemos conversar na reunião do Colégio de Líderes para que possamos tomar essa decisão na semana que vem. Eu vejo que o tempo da casa é o tempo da casa. Não tem uma questão fechada em relação a isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada.

Só quero registrar que o acordo inicial era para que se votasse a reestruturação hoje, dia 14. Depois, houve uma nova conversa com a possibilidade de se colocar para a semana que vem.

Agradeço a manifestação da deputada Paula Belmonte.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, alinhado com o deputado Chico Vigilante, com a deputada Paula Belmonte, e também com a fala de ontem do deputado Ricardo Vale na nossa reunião de deputados, eu peço a V.Exa. que postergue um pouco

mais, sendo terça-feira que vem o prazo derradeiro. Eu me comprometo a subir as emendas o quanto antes.

Eu sou um desses que vai fazer emendas. Se V.Exa. puder nos dar esse prazo até semana que vem, eu agradeço muito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PÇOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, minha questão não é nem dúvida sobre a matéria. É só porque ontem fomos informados de que havia um acordo para ser votado na semana que vem. A minha preocupação é só de respeitarmos esses acordos. Nós já votamos uma matéria hoje que não tramitou nas comissões. Não foi encerrado o prazo nas comissões, não tramitou. Vamos votar outra que nós temos acordo para votar, que é a dos servidores, mas que não tramitou nas comissões.

Então, eu acho de bom tom cumprirmos mais ou menos o acordo firmado no Colégio de Líderes e a orientação de ontem. A minha fala é muito mais nesse sentido, para que todos esses passos sejam dados de forma pacífica na casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ontem, de fato, os deputados solicitaram que a votação do projeto da reestruturação fosse transferida para a próxima semana. Depois, alguns deputados me procuraram. Mas é óbvio que nós não vamos atropelar os acordos, até porque não seria de bom tom.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, é só para reiterar o que os meus colegas falaram.

O acordo era para votarmos isso hoje no Colégio de Líderes. Que, na terça-feira, isso possa ser votado mesmo, que nenhum líder chegue na hora e diga que tenha que pensar mais um pouco. Nós temos o compromisso de todos para votar esse projeto na terça-feira. Senão, na terça-feira, alguém levantará a mão e dirá assim: “Não tem uma coisa muito esclarecida ainda, presidente”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Interessante isso. É verdade.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Então, vamos deixar acordado para a terça-feira mesmo. Eu estou nesta casa há 5 anos, e é como o deputado Chico Vigilante sempre fala: “Acordo é para ser cumprido”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Hermeto.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, já ficou acertado ontem. Então, segunda-feira, se eu não me engano, é ponto facultativo ou feriado, no dia 30?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Isso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Sem revisão do orador.) – Então, não vai haver reunião do Colégio de Líderes. Já vai ficar acertado, então, de o projeto ser votado na terça-feira. É isso?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Vou questionar aqui os deputados. O projeto da reestruturação não sendo votado hoje, fica acordado que o referido projeto será o primeiro item da pauta a ser apreciado na próxima terça-feira, sem uma nova prorrogação. Todos concordam?

O deputado Hermeto tem razão, uma nova prorrogação não faz sentido. Eu acho que há prazo suficiente, até porque, desde que foi apresentado, nós tivemos 15 dias, agora, temos mais 7 dias. Então, serão 22 dias para que o projeto seja analisado.

Os deputados já tiveram acesso ao projeto, então podemos acordar em votá-lo sem prorrogação na próxima terça-feira, como primeiro item da pauta. Todos concordam?

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, o prazo para emendas está aberto?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está aberto. O que nós estamos dizendo é

que, se todos concordarem, nós votaremos na próxima terça-feira.

Todos estão de acordo? Todos estão de acordo. Lembro que não seremos passíveis de uma nova prorrogação.

Deputado Thiago Manzoni, como ficariam as novas emendas caso sejam apresentadas?

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, peço que as emendas sejam apresentadas até sexta-feira para votarmos na terça-feira. Segunda-feira será ponto facultativo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – As emendas serão apresentadas até sexta-feira. Houve problemas no outro projeto porque alguns deputados não agiram conforme acordado, embaçando a discussão. A pedido do presidente da CCJ peço que as emendas sejam apresentadas até sexta-feira. Há tempo suficiente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, além de termos que apresentar as emendas até sexta-feira, peço que também fique acordado que não haverá emenda de plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Esse acordo é importante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Não haverá emenda de plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Se os deputados concordarem, nós iremos acolher a sugestão de V.Exa. Eu não posso impedi-los, mas os deputados precisam lembrar que há um acordo. Se o deputado o cumprirá ou não, depende dele, mas seria importante que acontecesse conforme o deputado Chico Vigilante está colocando.

O acordo está bem firmado entre todos os deputados.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, as emendas apresentadas serão analisadas em plenário ou seguirão o acordo?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Elas serão analisadas pela CCJ.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Em plenário, não na comissão. É isso?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em plenário.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Maravilha! Que fique consignado que as emendas serão analisadas pela CCJ em plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – As emendas apresentadas até sexta-feira serão analisadas em plenário, ok?

Perfeito. Maravilha. Acordo firmado, a reestruturação ficou para a próxima terça-feira.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 736/2023, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a Carreira Auditoria Tributária do Distrito Federal e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Assuntos Sociais deverão se manifestar sobre o projeto.

A Presidência designa a deputada Dayse Amarilio para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à relatora, deputada Dayse Amarilio, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer ao Projeto de Lei nº 736/2023, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a Carreira Auditoria Tributária do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, quanto aos aspectos de mérito, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 736/2023.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao Relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 736/2023, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a Carreira Auditoria Tributária do Distrito Federal e dá outras providências”.

O projeto de lei visa à reestruturação dos vencimentos da carreira de auditoria tributária do Distrito Federal. Foi apresentada planilha de pacto financeiro.

No âmbito desta comissão, manifesto voto pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 736/2023.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 736/2023, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a Carreira Auditoria Tributária do Distrito Federal e dá outras providências”.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 deputados.

Em discussão, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, fiz a opção de fazer esta discussão no primeiro turno.

Quero reforçar o compromisso óbvio, histórico da bancada do Partido dos Trabalhadores com as carreiras de serviço público, especialmente com a carreira de auditor fiscal da Receita. (Palmas.) Sabemos que é uma carreira importante para garantir a própria arrecadação do Estado, cobrar os impostos daqueles que insistem em apostar e investir na sonegação, que tanto faz mal para o Estado brasileiro, para o Distrito Federal e para a garantia das políticas públicas. Vemos por aí grandes conglomerados empresariais que, às vezes, investem em uma estrutura jurídica só para sonegarem. Por isso, os auditores são tão importantes, porque eles cumprem um papel fundamental. Este projeto de lei também vem para melhorar esse instrumento na nossa capital.

Quero fazer um apelo, presidente, para que o Governo do Distrito Federal também encaminhe para esta casa todos os acordos que já fez com outras categorias que tiveram que fazer greve e já a suspenderam. Que abra essa negociação com aquelas categorias que estão em processo de greve e também com o conjunto das carreiras do serviço público.

Estamos hoje com algumas carreiras também em greve e outras pedindo reuniões com o Governo do Distrito Federal para tratarmos o conjunto do funcionalismo público com mais isonomia. Infelizmente – obviamente que os auditores fiscais não têm nada a ver com isso – não é e não tem sido uma prática desse governo tratar com isonomia os servidores públicos e, principalmente, respeitar aqueles que também precisam ganhar mais. Cobramos isso. Vamos votar a favor. É muito importante avançarmos para arrecadarmos e combatermos a sonegação fiscal no Distrito Federal.

Fazemos esse apelo para que o governo Ibaneis negocie e encaminhe para esta casa projetos de lei de outras categorias.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiro, quero reforçar o nosso apoio aos servidores públicos e aos auditores do Distrito Federal.

Desde 2019, tenho votado nesta casa favoravelmente e o PSOL tem posição favorável ao aumento salarial para o serviço público. Os servidores têm o nosso compromisso de voto, que acho que é resultado da luta de diferentes categorias que conquistam melhorias salariais nesta casa e melhores condições de trabalho.

Sabemos que essa é uma categoria importante, especialmente pelos argumentos que o deputado Gabriel Magno já apresentou. É uma carreira de Estado, uma carreira fundamental. Na legislatura passada, nós também organizamos a luta contra a reforma administrativa em nível federal, que precariza a estabilidade dos servidores públicos e ataca o papel do Estado. Então, nós temos que fortalecer as carreiras de Estado.

Eu quero, no mesmo sentido do deputado Gabriel Magno, chamar a atenção para a desigualdade que nós temos hoje no serviço público do Distrito Federal. Nós vimos ontem um dado alarmante. Nós temos 28 mil superendividados, 13% do total dos servidores públicos do DF. Desses 28 mil, 11 mil estão na Secretaria de Estado de Educação. É um percentual muito alto de superendividados. Isso tem a ver com os salários dessa categoria. Nós temos outras categorias em luta com o compromisso do envio do projeto de lei da PPGE. Nós temos a carreira pública de assistência social hoje em greve para que haja a reestruturação da sua carreira. Nós temos a carreira socioeducativa em greve lutando por uma reestruturação da sua carreira. O que nós queremos é um olhar isonômico do governador do DF. Queremos que o governador possa pensar em todas as carreiras do serviço público do Distrito Federal, respeitar o servidor público desta cidade e não apenas fazer uma mudança no varejo, mas pensar no conjunto do serviço público da cidade. Essa é a lógica de reestruturação de que nós precisamos também.

Os servidores que conquistaram hoje esse projeto de lei que foi enviado a esta casa têm o nosso apoio. Mas nós queremos cobrar também que o governo possa assumir o compromisso de enviar também um projeto de lei de outras categorias que historicamente têm sido abandonadas pelo governador do Distrito Federal. O nosso compromisso, como bloco PSOL/PSB, é em defesa dos servidores.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Presidente, solicito a votação do item nº 242.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Defiro a solicitação de V.Exa.

Trata-se da PELO que trata das emendas impositivas.

Nos termos do art. 120 do Regimento Interno, e em atendimento ao Requerimento nº 129, de 2023, convoco as senhoras e os senhores deputados para sessão extraordinária de hoje, com início imediato após esta sessão ordinária, para discussão e votação, em segundo turno, dos seguintes projetos:

– Item nº 1: Projeto de Lei nº 594/2023, de autoria do deputado Hermeto, que “Dá nome à Feira Permanente do Núcleo Bandeirante de Ibaneis Rocha Barros”;

– Item nº 2, discussão e votação do Projeto de Lei nº 736/2023, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Apreciaremos agora ao próximo item.

Item nº 242:

Discussão em votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 5/2023, de autoria da deputada Paula Belmonte e outros, que “dá nova redação aos §§ 15 e 16 e acrescenta o § 16-A ao art. 150 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Eu quero esclarecer aqui uma questão a respeito dessa PELO. É importante dizer que isso é constitucional. Quem está falando que é inconstitucional está enganando os parlamentares. É constitucional. Inclusive, no Congresso Nacional há essas emendas impositivas. Nós também não temos a questão de 50% para qualquer área. Hoje nós temos aí uma questão de emendas impositivas que não estão sendo executadas. Quero deixar tranquilo aos parlamentares que isso é constitucional. É importante dizer isso.

Eu a apresentei aqui pelo fato de nós termos acordado que todos estariam votando. Então, se não for para isso, eu a tiro agora. Eu peço para tirar a proposta e para que votemos o empoderamento desta casa.

É importante dizer isso, presidente. As pessoas deram a palavra e agora a estão mudando. Então, eu acho que é importante estarmos fazendo isso com os 24 parlamentares e dizendo que ela é constitucional, é uma forma de nós estarmos aqui empoderando o Poder Legislativo. Que sempre possamos fazer a negociação e votar com o governo coisas propositivas é o que defendemos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Pois não, deputada?

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Presidente, poderíamos fazer 5 minutos de reunião para

definir isso? Seria algo prudente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Vamos. Mas primeiro, deputada, quero deixar bem claro que os deputados precisam estar bem confortáveis para votarem aquilo que entendem que é importante para a casa e para os seus mandatos.

Eu tenho uma questão de coerência. Eu tenho dito isso e não vou mudar. Eu vou votar a favor dessa proposta, porque, nos meus mandatos passados, eu e o deputado Chico Vigilante votamos a favor. Caso eu faça uma coisa diferente disso, não estarei sendo coerente com os meus atos. E coerente é uma coisa que eu tento ser o máximo possível, mesmo que não consigamos, às vezes.

Só deixo isso bem claro, mas o deputado tem de estar confortável. A deputada apresentou um projeto importante para a casa, para a sua autonomia, e nós precisamos discuti-lo entre nós.

Então, caso seja necessário, votaremos os outros 2 projetos, deputada, já que pessoas estão aguardando. Depois podemos suspender a sessão por 5 minutos para discutirmos entre nós.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Sem revisão do orador.) –Presidente, realmente, concordando, não há como votarmos se o parlamentar não estiver confortável. Precisamos ter muita segurança. Pode ser o caso de haver uma reunião por 5 cinco minutos e ainda se continuar desconfortável e inseguro.

No caso, eu também proponho à deputada adiarmos essa votação e a colocarmos para terça-feira que vem. Assim, haverá uma semana para encontrarmos segurança para votar a matéria de uma forma confortável.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Se não houver o conforto necessário para os deputados, nós daremos os 5 minutos, conforme solicitado pela deputada Paula Belmonte, ou iremos a nossa reunião de líderes.

DEPUTADO IOLANDO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Presidente, neste momento, na condição de líder do governo, eu já procurei alguns deputados para falar sobre esse projeto, para analisá-lo.

Quero parabenizar a iniciativa da deputada Paula Belmonte, que, com muita presteza e com muita clareza, colocou esse projeto em discussão aqui na casa. Eu achei muito importante e até falei que votaria a matéria, mas, conversando com alguns amigos, com alguns deputados, nós, de fato, estamos sentindo que esse projeto ainda precisa ser discutido.

Então, eu tenho de informar para a deputada Paula Belmonte que é melhor trabalharmos melhor isso. Podemos até votá-lo na próxima sessão, mas que todos saiam daqui esclarecidos para saber, de fato, o que vai ser executado por meio desse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Iolando.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu vou ser bem claro e direto sobre o que está acontecendo aqui para que quem estiver assistindo a nós também nos entenda, como é parte da minha atuação parlamentar.

Trata-se do segundo turno da proposta de emenda à Lei Orgânica que transforma as emendas parlamentares em impositivas. Esse é o projeto da deputada Paula Belmonte. Isso fortalece o Poder Legislativo na forma como ele funciona hoje e fortalece as emendas parlamentares. Ponto.

O que o governo está dizendo? Está dizendo que, com isso, o governador vai poder contingenciar 50% das emendas e direcioná-las só para a saúde.

O governo já faz hoje o que ele quer, porque boa parte das emendas, até as impositivas, ele nem as executa. Na verdade, o que nós queremos votar aqui é o fortalecimento das emendas parlamentares.

Hoje, gente – vamos ser francos –, o governador já faz o que quer com o dinheiro das emendas. Muita coisa ele não executa, muita coisa ele direciona para outros lugares. Então, esse papo que está rodando aí é fantasioso. É fantasioso!

Esse é um instrumento para fortalecer o papel do Legislativo. A escolha é simples, deputados. Não há reunião de 5 minutos, não há reunião de 30 minutos, não há reunião de 2 horas, não há uma semana. Nós queremos ou não fortalecer o instrumento do Legislativo para executar as emendas parlamentares? Simples. É isso que está em jogo na PELO.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu estou aqui me perguntando o que é que mudou entre o primeiro e segundo turnos. O projeto foi aprovado em primeiro turno. Os deputados que estavam aqui, 23 dos 24, votaram a favor dele. O que mudou? Nós precisamos de 16 votos. Por que não há os 16 votos para votar um projeto que fortalece o Poder Legislativo?

O que nós não podemos, presidente deputado Wellington Luiz – e é por isso que eu vou votar a favor desse projeto –, é aceitar que um moleque como esse presidente da CEB Iluminação Pública diga lá que não executa emenda minha, por exemplo.

Estou revelando aqui de público: esse moleque diz que não adianta mandar emenda minha para a CEB Iluminação Pública porque ele não executa. Ele prefere que a cidade continue escura, prefere que os bandidos continuem assaltando as pessoas a colocar iluminação onde queremos que seja colocada. Isso é molecagem! É preciso que ele aprenda a respeitar o Poder Legislativo.

Eu não quero que as emendas sejam executadas porque se é amigo desse ou daquele secretário, eu quero que as emendas sejam executadas porque essa é uma obrigação.

As emendas são um recurso tão pequeno com relação ao tamanho do orçamento do Distrito Federal, sabe, deputado Iolando? Nós temos um orçamento, parece-me, de 53 bilhões e cada deputado fica com o direito de remanejar 25 milhões de reais – isso é nada! Aqui não há emenda secreta, aqui não há emenda RP, aqui não há emenda de bancada, não há emenda de liderança, só há emendas dos deputados.

Portanto, quero fazer um apelo aos companheiros deputados e às companheiras colegas deputadas para que reflitam. Vamos aprovar esse projeto, porque ele fortalece o Poder Legislativo. Não importa quem está de plantão, deputado Iolando. Governador está de plantão, fica por 4 anos, mas a Lei Orgânica é para sempre. Por isso, quero fazer um apelo aos deputados e deputadas para refletirem e para inserirmos na Lei Orgânica uma questão que é para o bem do parlamento. Não é favor individual para nenhum deputado, mas, acima de tudo, é para fazer com que os parlamentares, homens e mulheres daqui, sejam respeitados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, nós precisamos votar essa PELO, não há outra opção. Trata-se da independência dos Poderes. Essa é inclusive uma forma de se ajudar. Quantas vezes nós colocamos emendas que são devolvidas ou que não são executadas por diversos problemas? Não é nem só a questão política que existe – e existe.

Nós precisamos fazer isso. Eu fico muito triste. E vou além, acho que os fundos que nós temos, os fundos específicos, deveriam também ter obrigatoriedade de execução. Eu estava agora conversando com algumas pessoas do Conselho de Assistência Social. Nós muitas vezes não conseguimos rodar algumas situações de emenda por regulamentações de algumas pastas, como agora, na saúde, em que foi devolvido só de PDPAS mais de R\$1.500.000,00. Será que os hospitais não precisam disso?

Senhor presidente, eu faço este apelo, porque nós estamos praticamente desde o começo do ano com essa PELO tramitando, entrando e saindo de pauta, entrando e saindo do Colégio de Líderes. Peço que votemos essa PELO agora, pelo bem do Distrito Federal. Não há como seguirmos sem essa autonomia e sem a independência entre os Poderes, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADO IOLANDO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Presidente, esse é um projeto que, de fato, mostra a força do Poder Legislativo. Vemos que em outras assembleias legislativas, além das emendas impositivas, há também as emendas de bancada, que fortalecem muito mais.

Como o deputado Chico Vigilante falou, esse valor, diante de uma demanda... Nós não temos municípios, não temos câmara de vereadores, nós só temos uma Câmara Legislativa para mais de 3 milhões de habitantes. É um valor muito pequeno para as demandas que temos que atender, de todos os segmentos do Distrito Federal.

Eu acredito que este é o momento em que podemos discutir melhor e – nós igualmente não nos sentimos confortáveis em votar, na semana passada e nem nesta, o projeto da reestruturação da casa – sugiro a V.Exa. que deixemos esse projeto para uma discussão maior e mais acertada com todos os deputados, para que possamos trabalhar isso na próxima semana. Na próxima terça-feira, vamos nos sentir mais confortáveis para votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Vamos ouvir os líderes com relação a isso. Eu já me manifestei com relação ao meu sentimento, que é parecido com o de V.Exa. Eu acho que é importante para a autonomia deste Poder, mas respeitamos a vontade dos colegas deputados.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Presidente, quero dizer que sou grata aos 23 parlamentares – 1 parlamentar não estava no dia – que votaram a favor dessa PELO. Essa PELO é com certeza – como foi dito pelo deputado Chico Vigilante e por outros parlamentares, inclusive pelo deputado Iolando – importantíssima para, realmente, nós darmos a capacidade de as pessoas fazerem a política nas suas bases, a boa política e a autonomia, porque isto é constitucional: autonomia e liberdade dos Poderes.

Entendemos isso. Nós tivemos 23 votos dos 23 parlamentares que estavam presentes, mas entendemos também que esta é uma discussão que precisa ser aprofundada. Há parlamentares aqui que não estão se sentindo confortáveis. Eu quero me colocar à disposição para deixar todos os parlamentares com a segurança da legalidade disso.

Nós tivemos aqui parlamentares que foram, agora, ao encontro estadual. Nas outras casas legislativas do Brasil, já funcionam emendas de bancadas e emendas individuais impositivas. É importante entendermos que, cada vez mais, essa forma de relação de independência e transparência é fundamental. Como deputada federal que fui, todas as minhas emendas eram impositivas. A relação também fica muito mais republicana. Por exemplo, eu já falei nesta casa que há secretário me chamando para conversar, para liberar emenda que já foi liberada. Eu, particularmente, não tenho o que conversar, nem tenho que pedir benção para secretário. Eu tenho que fazer com que o dinheiro chegue à população.

Estamos querendo pedir para se entender que esta é uma grande oportunidade para que esta casa tenha independência. Nós pedimos o adiamento mais uma vez dessa votação. Eu a retiro de pauta. Peço a retirada de pauta dessa PELO, presidente, para que possamos, realmente, amadurecer e votar isso quando todos os parlamentares, os 23 parlamentares, que votaram no primeiro turno, puderem votar no segundo turno.

Quero registrar a minha gratidão e o meu reconhecimento. Desde o primeiro momento, o senhor se posicionou a favor dessa PELO, dizendo que iria votar a favor dela. Isso é importante de se registrar. Em nenhum momento o senhor recuou, ao contrário, sempre falou que, para o senhor, era um assunto tranquilo. Quero agradecer esse posicionamento firme e correto que o senhor teve.

Muito grata, presidente.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa., que quase nunca fala.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Perdão, presidente. Só quero fazer uma observação. Não estou pedindo para retirar a matéria da pauta, porque ela consta da pauta desde o início do ano.

Solicitei que ela não fosse votada agora, que ela seja mantida na pauta para ser votada em um outro momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Sendo assim, não há a necessidade de consultar os líderes e os deputados, já que se trata de um pedido da própria autora. Não é para retirarmos a proposição da Ordem do Dia, a deputada apenas pede que a matéria não seja votada hoje, conforme solicitado.

Concedo a palavra à deputada Jaqueline Silva.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, eu só quero fazer um reforço sobre algo que tenho escutado muito.

Quero, de forma especial, parabenizar a deputada Paula Belmonte, que tem levantado essa discussão e fala sempre em fortalecer o parlamento. De fato, é importante que fortaleçamos o parlamento, sim.

Eu quero fazer um registro. Eu sou uma deputada da base e também tive problema com as minhas emendas, deputado Chico Vigilante. Preciso registrar que os meus problemas nunca foram porque o governador não liberou o recurso. O problema é muito maior que isso. O problema é quando não há gestão nas pastas competentes, quando não há projetos. Acho que é importante, sim, essa discussão, mas é importante também fazer o registro de que o nosso governador, em cima daquilo para o que há projeto, nunca seguiu emenda nenhuma, ele nunca criou nenhum tipo de dificuldade.

Faço questão de fazer esse registro porque, neste parlamento, há deputados, deputado Chico Vigilante, da oposição ou independentes que já tiveram, sim, as suas liberações.

Acho que temos que nos debruçar muito mais sobre esse problema do que discutir se tornamos ou não as emendas impositivas. Precisamos ir para uma discussão no âmbito dessas competências. Essas secretarias estão aptas? As pessoas que estão à frente da gestão estão dando conta de fazer esse processo ou não? Só quero fazer esse registro porque acho isso importante.

Quero falar da minha região, a Saída Sul. O desenvolvimento – que jamais existiu naquela região – aconteceu graças ao nosso governador Ibaneis, que tem liberado, sim, os recursos e as nossas emendas parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Jaqueline Silva.

É importante realmente ser ressaltado o que a deputada Jaqueline Silva disse, ainda mais por nós, que viemos de outros mandatos. Eu vim de um mandato em que as minhas emendas, principalmente as para a educação, não eram desbloqueadas de forma alguma, deputado Chico Vigilante. Para nós, isso era muito duro, porque quem perdia era a sociedade.

Eu já disse aqui qual é a minha posição, por uma questão de coerência. Sendo a PELO apresentada, eu votarei favoravelmente a ela. Porém, lembro que eu não vi ainda um governo que liberasse tantas emendas para o parlamento como este. É uma questão de honestidade, de reconhecimento, mesmo sabendo que, às vezes, há alguns problemas e que precisamos intervir. Às vezes, eu preciso ligar para o Maurício, para o secretário Gustavo Rocha, para o secretário Ney, para que eles resolvam alguns problemas. Então, é um governo que, de fato, tem liberado as emendas, conforme apresentadas pelos deputados. A minha posição – volto a dizer – é de coerência, e vou mantê-la até o fim.

Quero lembrar que a própria deputada Paula Belmonte, para que haja uma discussão maior – e agradeço isto à deputada –, pediu para retirar a PELO de votação, a fim de ela ser levada à discussão no Colégio de Líderes. Sendo assim, eu já acolhi a solicitação da deputada Paula Belmonte, lembrando que a matéria não está sendo retirada da Ordem do Dia. Não a estamos retirando da pauta. Estamos apenas levando essa discussão para o Colégio de Líderes para podermos avançar e votar os projetos que estão faltando.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu vou ser breve.

Se todo secretário, presidente deputado Wellington Luiz, tivesse o comportamento do José Humberto, certamente não precisaria dessa alteração na Lei Orgânica. Há uma luta que travamos no Gama, com relação à UBS 7. Queriam transformá-la em um estacionamento, iam vendê-la para um

estacionamento do Hospital Maria Auxiliadora, mas conseguimos fazer com que ela fosse reformada. Toda vez em que o governo estava sem recurso liberado para que a Novacap continuasse tocando a obra, o José Humberto me ligava e pedia para que eu desbloqueasse recurso para construção daquela UBS. Há outros exemplos também.

Se todos os secretários dirigentes de empresa tivessem o comportamento que o José Humberto tem, certamente não se precisaria dessa alteração na Lei Orgânica do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, eu sou muito coerente e queria deixar registrado que não tenho dificuldade com as emendas.

Houve muita liberação e empenho das nossas emendas. Eu sou uma deputada cuja característica é o diálogo. Eu acho que nós estamos votando aqui algo para o parlamento. Eu não tenho do que reclamar. Sou atendida quando preciso. O José Humberto me atende, o Maurício é um *gentleman* – ele consegue trazer informação e nos recebe muito bem. O que nós estamos votando aqui é algo que fica para o parlamento, independentemente de governo.

Concordo com a deputada Jaqueline Silva que, se formos verificar, nós tivemos muita liberação, mas existe dificuldade de execução. Nós estamos fazendo a defesa de uma PELO que fica para o Distrito Federal, independentemente de estarem aqui a deputada Paula Belmonte, a deputada Dayse Amarilio, ou de o Ibaneis estar como governador. Não sabemos como vai ser o futuro. Nós estamos defendendo o Distrito Federal com essa PELO. Então, eu faço aqui esse pedido por essa questão de futuro mesmo.

Não posso deixar de falar: realmente, se formos analisar a questão das liberações, há muitas liberações de emenda. Mas aqui eu faço o mesmo registro que a deputada Jaqueline Silva sobre as grandes dificuldades que temos nas pastas dentro das secretarias em relação a execução de emenda. Muitas vezes, presidente, há secretarias desidratadas, com pessoas que não têm capacidade técnica ou com poucos técnicos para executar as emendas. Por isso, precisamos inclusive de servidores da carreira PPGG, para que sirvam nessas secretarias e sirvam na administração para que tenhamos mais qualidade, mais execução das nossas emendas.

É esse o meu apelo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada.

Eu vou passar a palavra ao deputado Hermeto, mas vou pedir que todos sejam mais objetivos. Precisamos colocar os outros projetos. Essa discussão vai para o Colégio de Líderes. Nós vamos ter oportunidade de conversar lá.

DEPUTADO HERMETO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, rapidamente, quero acrescentar à fala do deputado Chico Vigilante que não é só o José Humberto, deputado Chico Vigilante. Vários secretários executam as emendas. Estou cansado de executar emenda na segurança, na justiça. Não é só o José Humberto. A CEB...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Secretaria de Obras, DER...

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Eu vou procurar saber por que esse presidente da CEB falou isso de V.Exa., porque as emendas que colocamos na CEB são todas executadas.

Não há que haver um caráter pessoal. Ele está lá para servir e trabalhar por todos, independentemente da preferência política que ele tem. Vou levar pessoalmente ao governador essa fala de V.Exa. sobre as emendas que V.Exa. destinou à CEB.

Quero acrescentar que todas as secretarias e administrações regionais executam as nossas emendas. Contudo, senhor presidente, tem que haver projeto, tem que saber como funciona. Se só chegar lá e colocar emenda, ela não vai ser executada; tem que acompanhar a emenda.

Outra coisa, se há um governo que mais liberou emendas para parlamentar chama-se Ibaneis Rocha. O governo passado do Rodrigo Rollemberg não executou nem 20% das emendas dos

deputados. V.Exa. foi testemunha. Infelizmente, V.Exa. foi deputado no governo mais horroroso de Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Verdade, deputado Hermeto. Fui vítima de perseguição. V.Exa. tem razão.

Vou conversar com o presidente Edison Garcia, deputado Chico Vigilante; primeiro, porque V.Exa. tem feito um mandato extremamente transparente, tem experiência e tem ajudado a população. As emendas servem para isso. Nós não podemos nos contaminar com erros do passado.

O presidente Edison Garcia é uma pessoa séria. Claro que temos as nossas divergências, as nossas diferenças, mas vou lá, junto com o deputado Hermeto, saber o que está acontecendo. Acho que o próprio secretário Maurício pode nos ajudar nisso. Nem o deputado Chico Vigilante, nem outro deputado, poderá sofrer qualquer tipo de sanção por conta do seu entendimento político, da sua ideologia – está bom, deputado Chico Vigilante?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

Logo após voltaremos à Ordem do Dia.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, vou pedir um pouco de paciência a V.Exa. Eu sou deputado de primeiro mandato. Naturalmente, sou nesta casa um aluno daqueles que tem vários mandatos, como V.Exa. e o deputado Chico Vigilante.

Sou deputado da base, presidente, por mais que algumas vezes venha a discordar de certas atitudes – o que é salutar no parlamento. Discordar de determinada atitude não quer dizer não ser da base. Não aceito ser julgado pela minha fala, eu aceito ser julgado pelo que faço.

É simples. Olhem o que faço e vejam se sou governo ou não sou. Sou 100% governo. Eu fiz uma fala esses dias sobre emenda parlamentar. E eu a direciono, não indico empresa, não vou atrás de nada. A minha função é indicar, a função do governo é executar. Na execução, não tenho nada a reclamar do governador Ibaneis, que é extraordinário! As minhas emendas estão sendo executadas. Os projetos foram apresentados.

Graças a Deus, não tenho essa dificuldade que o deputado Chico Vigilante está tendo com a CEB. Até discordei do deputado Chico Vigilante, porque há determinadas coisas que falamos que vão na honra. Discordo de que se desonrem homens honrados desta cidade.

Portanto, peço a V.Exa. que faça – eu ia pedir isso – uma interferência junto ao doutor Edison, porque – se um deputado faz uma crítica aqui – tem que ter estrutura para aguentar a crítica. Não se pode levar para o lado pessoal e não se executar a emenda do deputado.

Eu falo isso por quê? Porque o governo não nos procurou para falar sobre a PELO. A deputada Paula Belmonte me procurou, e eu dei a minha palavra a ela. Eu disse: estou com V.Exa., porque eu acho que é um instrumento.

Eu não tenho dificuldade com o governador Ibaneis, porque eu sou da base, mas e no dia em que eu tiver um governador que não for da minha base?

Claro, parabênzo a deputada Paula Belmonte em retirar de pauta a matéria. Vamos amadurecer, vamos dialogar mais, isso é importante. Sou da base – já estou falando para a deputada Paula Belmonte –, vou procurar o governo.

Se eu mudar a minha posição, deputada Paula Belmonte, não é – nunca – por V.Exa., é porque sou da base. O meu perfil é de homem de palavra. Quero ser conhecido nesta casa como um deputado de palavra. Já falei aqui que, quando dou minha palavra, eu não a retiro. Vou até o fim, independentemente das consequências.

O governo vai ter que entender que, se algum dia eu votar contra alguma coisa, é porque é a minha convicção pessoal. V.Exa. foi a primeira que me procurou. Entendi que isso é um instrumento não para este governo – porque, se sou da base, ele está executando –, mas pode ser, presidente deputado Wellington Luiz, um instrumento para um governo futuro do qual eu não seja base e precise da execução das emendas.

Encerro, presidente, dizendo: eu acompanho as emendas e vejo o tanto que o Ibaneis é bom, deputado Hermeto. É só olhar para a esquerda. Eu vejo lá: as emendas da esquerda estão sendo executadas quase na totalidade.

